

Biblioteca Anarquista



O Estado, nosso antigo inimigo

Samuel Clarke

Samuel Clarke
O Estado, nosso antigo inimigo
04/12/2022

<https://www.thecommoner.org.uk/the-state-our-ancient-enemy/>

bibliotecaanarquista.org

04/12/2022

Conteúdo

O Estado no Mundo Antigo	4
O Estado na Sociedade Moderna	8
Conclusão	12

Todo socialista quer criar um mundo diferente do nosso, mas nem todo socialista quer seguir o mesmo método para atingir esse objetivo. Os anarquistas, por exemplo, acreditam que o Estado deve ser abolido na primeira oportunidade para alcançar a autodeterminação e a libertação. Outros, como marxistas-leninistas e social-democratas, veem a tomada do controle do Estado como um método viável de criar um novo mundo. No entanto, a última crença se baseia em um mal-entendido do que o Estado é fundamentalmente. Se alguém conceituar com precisão o Estado, fica claro que ele nunca pode fornecer a verdadeira libertação.

Neste breve ensaio, descreverei primeiro as principais características do Estado no mundo antigo. Argumentarei então que o Estado moderno, embora mais complexo, mantém seus antigos preceitos como um conjunto centralizado de instituições que acumulam recursos, os protegem violentamente e os governam em benefício de um grupo de elite. Finalmente, argumentarei que as ideologias modernas, como a democracia liberal ou o nacionalismo, são faces que obscurecem a natureza imutável do Estado.

Em suma, se o Estado não mudou sua natureza intrinsecamente opressiva por milhares de anos, por que mudaria agora e como poderia, em qualquer sentido significativo, ser mudado para melhor?

O Estado no Mundo Antigo

O Estado, ou seja, um corpo centralizado de instituições que governa um território e uma população, existe há cerca de seis mil anos. Um dos primeiros Estados formados na Mesopotâmia por volta de 3500 aC. Enquanto isso, os reinos faraônicos do Egito começaram a surgir em 3200 aC , e os escritores da dinastia Shang começaram a registrar as histórias dos Estados centralizados na bacia do rio Amarelo da China por volta de 1200 aC . Dada a diversidade da história do Estado, aparecendo uma após a outra ao redor do mundo e persistindo até hoje, alguém seria perdoado por acreditar que o Estado foi uma consequência natural do desenvolvimento humano.

A história humana, no entanto, tem cerca de trezentos mil anos - cerca de cinquenta vezes mais do que o antigo Estado. Os estados, então, são uma adição tardia à história humana. Além disso, esses Estados não surgiram da noite para o dia. Em vez disso, eles se desenvolveram a partir de uma infinidade de outras sociedades humanas e organizações sociais que existiram por dezenas de milhares de anos antes deles. Assim, é importante examinar o contexto de sua criação, como eles foram um esforço consciente para consolidar o poder da elite e que opressão eles trouxeram para aqueles que conquistaram - e para seus próprios cidadãos.

Quando os primeiros Estados surgiram, cada um deles tendia a ganhar poder e exercer-se de maneiras semelhantes. Alguns desses aspectos comuns foram identificados por James C. Scott em *Against the Grain: A Deep History of the Early States*:

1. A apropriação da lavoura de grãos, como o trigo ou o milho, que forneciam amplo alimento para o crescimento populacional e uma ferramenta de tributação simples e facilmente mensurável.
2. A construção de muralhas e defesas da cidade para proteger os recursos do estado.

Conclusão

Nos últimos seis mil anos, os fundamentos do Estado permaneceram os mesmos, apesar das aparências. As muralhas e fortalezas do castelo foram substituídas por cercas de fronteira e bases militares; milícias locais e juízes por forças policiais profissionais e serviços prisionais; e coletores de impostos pelos tesouros públicos e departamentos monetários. Cada uma dessas instituições coercitivas protege os recursos acumulados do trabalho assalariado, servidão doméstica e colonialismo, tudo para o benefício de uma elite dominante. Cada um desses elementos consolida aqueles que estão próximos do aparato estatal, e cada um deles demonstra a natureza coercitiva que é central para a permanência do Estado.

O antigo Estado era um aparato administrativo e legal fortemente estabelecido – apoiado por grãos, impostos e muros – que assegurava o poder da classe dominante. Não apenas o poder de *uma* classe dominante: o classe dominante, não importa quem a povoe em qualquer ponto no tempo. Mesmo as instituições governamentais são povoadas pela classe oprimida, como no 'ditador do proletariado', essa classe oprimida se tornaria com o tempo a nova classe dominante. A história mostra-nos como os Estados inevitavelmente consolidam o poder entre alguns e só podem ser levados a ouvir o povo com esforço extremo. O proletariado/os cidadãos/as massas, sendo muitos, não podem manejar algo que foi construído para governar em nome de poucos, exceto como tiranos. Uma forma de organização social que é controlada por muitos acabará por parecer completamente diferente de um Estado.

então, o que isso significa para nós? Significa entender o que é o Estado e, portanto, abandoná-lo como modelo de sociedade. O Estado é um aparelho que estabelece as condições de controle — não para todos, mas para aqueles que exercem seu poder. Os traços que dão poder ao Estado são os mesmos que separam de nós aqueles que o governam, seja um muro antigo ou uma polícia moderna. Portanto, a tentadora noção de exercer o poder do Estado em nome do povo está fadada ao fracasso.

3. O desenvolvimento de sistemas de escrita e manutenção de registros, para fins de legislação, administração e tributação.
4. A reprodução forçada do trabalho, seja por meio de escravidão ou servidão, a fim de criar uma base confiável para a extração de recursos.

Nem todo Estado exibirá essas características da mesma maneira ou na mesma extensão, mas elas são indicadores úteis para examinar as sociedades antigas. Além disso, cada uma dessas características fortalece as outras. Por exemplo, uma força de trabalho explorada cria bens, o que ajuda na tributação. A tributação então ajuda na acumulação de riqueza, o que ajuda a construir muros. Os muros, por sua vez, protegem os legisladores e cobradores de impostos que exploram a força de trabalho. E assim por diante.

À medida que esses Estados cresciam em poder, eles tendiam a se *centralizar* e se *entrincheirar*. Este é o processo através do qual a casta de elite da política se autoperpetua através das estruturas institucionais que ela cria. Essas estruturas dão à classe dominante um senso de permanência solidificado por estruturas físicas e leis codificadas. Essas leis são, obviamente, escritas por administradores e legisladores do estado, que são então replicadas e aplicadas violentamente em larga escala através do território do Estado.

No Império Romano, por exemplo, o poder e a infraestrutura eram incrivelmente centralizados, embora com resultados mistos. Na era imperial, quando o poder romano estava mais diretamente consolidado sob uma liderança única, a fundação de colônias apoiadas por extensa infraestrutura tornou-se uma tática fundamental. Algumas dessas colônias, geralmente as mais bem-sucedidas, são às vezes descritas como 'pequenas Romas' devido às semelhanças entre a estrutura de cada centro de poder romano e a capital. Ligar fisicamente essas colônias a Roma tinha significado ideológico e prático para o imperador, cujo poder devia ser visto como emanado do coração da terra. O famoso ditado, 'todos os caminhos levam a Roma', é correto e uma característica do projeto: isso permitiu um controle centralizado mais eficaz sobre o Império.

Enquanto isso, na China antiga, os burocratas foram educados e tiveram que passar por exames, e desenvolveram suas próprias práticas e

culturas que ajudaram a reproduzir o poder administrativo das várias dinastias, separando a classe governamental do povo e criando um império centralizado em grande escala. O sistema imperial centralizado do Império Maurya (aprox. 322–185 aC na Índia moderna) foi mantido em nível regional por príncipes, conselhos e administradores locais, trazendo uma unidade política entre a classe alta ainda não vista no sudeste da Ásia. Essas estruturas permanentes, sejam políticas (como um conselho) ou materiais (muralhas ou castelos) desenvolveram um núcleo central amplamente entrincheirado de poder de elite.

Embora sociedades não estatais (como grupos nômades ou tribos) também tivessem poder de elite, as sociedades estatais garantiram que esse fenômeno fosse exagerado institucional e politicamente. Nos Estados Unidos, esses centros também assumiram um caráter entrincheirado, seja em um castelo, palácio ou capital em expansão. Esse poder pode envolver tanto uma consolidação interna da maquinaria do Estado, como na China ou no Império Maurya, quanto na exteriorização dessa maquinaria por meio de colônias e centros de poder, como vimos com o Império Romano. Em ambos os casos, interno ou externo, o poder é direcionado pela elite e sua burocracia.

A instituição entrincheirada, centralizada e legalista do Estado beneficia um grupo em particular: a classe dominante. Muitas sociedades (se não a maioria) têm algum tipo de grupo governante, classe ou casta. Em um Estado, porém, essa classe dominante está alinhada a uma instituição que a protege e reproduz. Compare, por exemplo, os romanos e os hunos. Os hunos sob Átila (434–453 EC) controlavam um território considerável, mas esse território era mantido por uma confederação de tribos e não por um Estado. Pouco depois da morte de Átila, o Império Huno caiu, sem estrutura centralizada para preservar uma elite dominante. O Estado romano, enquanto isso, permaneceu em grande parte um Estado com estruturas, regras e grupos de classe definidos, apesar das mudanças na liderança.

Os membros da classe privilegiada em geral aspiram à solidificação de seu domínio por meio da criação e/ou fortalecimento de algum tipo de estrutura de Estado. Mesmo as elites da sociedade não estatal tendem a expandir ou manter seu poder convertendo sua sociedade em algum tipo de Estado. Os mongóis, por exemplo, mantiveram um império administrativo por meio das instituições que absorveram. E os mongóis estavam atrasados para o jogo: outras sociedades não estatais estavam fazendo isso

todos os serviços públicos, da alimentação à fabricação de fósforos, das universidades aos salões de música!”

A razão pela qual os Estados são frequentemente tão antidemocráticos é porque eles nunca foram planejados para serem governados de baixo para cima, e simplesmente não podem ser. Um conjunto centralizado de instituições que regem um determinado espaço não pode ser regido por todos e, portanto, a classe governante e uma elite governante o comandam em benefício próprio e para a reprodução de seu próprio poder. Para uma verdadeira democracia, deve-se necessariamente começar removendo o Estado primeiro.

No papel do Estado como órgão governante, acumulando e protegendo recursos (e pessoas), ele naturalmente distancia os governantes daquilo que é governado. O Estado é seu próprio animal. Isso foi bem resumido novamente por Malatesta quando ele escreveu sobre o papel do governo:

“Um governo, isto é, um grupo de pessoas encarregadas de fazer as leis e habilitadas a usar o poder coletivo para obrigar cada indivíduo a obedecê-las, já é uma classe privilegiada e isolada do povo. Como faria qualquer órgão constituído, ele buscará instintivamente ampliar seus poderes, estar fora do controle público, impor suas próprias políticas e dar prioridade a seus interesses especiais.”

O argumento de Malatesta pode ser visto como senso comum para alguns, pois todos sabemos e muitas vezes concordamos que os políticos servem a seus próprios interesses. Isso não muda com cada político, governador ou ditador. Em vez disso, o governo exerce um Estado em benefício de sua própria classe em detrimento de outras. Mesmo quando os governadores parecem estar em conflito, seus interesses de classe compartilhados subjacentes permanecem intactos. Empresários podem guerrear com políticos, e políticos podem guerrear com aristocratas e monarcas, mas, no final das contas, cada um desses grupos tem muito em comum: sua proximidade com a máquina do Estado e sua separação daqueles governados por ela. Afirmções de que todos pertencemos a uma nação, ou de que todos participamos da democracia, simplesmente obscurecem a realidade de que uma elite social está controlando o Estado para seus próprios fins. A diferença de poder entre vocês, um cidadão moderno e um súdito de um reino antigo pode não ser tão dramático quanto você pode imaginar. Nossa voz neste sistema é mínima – e é por isso que devemos nos afastar completamente dele.

algo que *dominasse* seu povo. Estados antigos se engajaram em versões protótípicas disso, geralmente espalhando religiões ou cultos imperiais, mas nunca poderiam sonhar em se envolver com isso na mesma escala ou em obscurecê-lo com noções superficiais de liberalismo. Os componentes centrais de um Estado antigo – como tribunais, prisões, exércitos e coletores de impostos – ainda existem. O Estado centralizado, acumulando e protegendo recursos, permanece, assim como sua natureza fundamentalmente coercitiva.

Voltemo-nos por um momento para a noção de governo do povo e para o povo, como pretende ser a democracia. O problema de aplicar essa noção a um Estado é que a criação de um novo Estado envolve inevitavelmente a institucionalização de uma classe governante ou grupo de elite, que então usa essas instituições estatais para manter sua posição (consciente ou não). Mesmo que não houvesse um grupo de elite em uma sociedade, o processo de formação do Estado criaria um, já que o Estado é uma ferramenta centralizada para governar. Esta é parte da razão pela qual os anarquistas acreditam que devemos evitar totalmente o Estado. Vou citar longamente Malatesta aqui, pois ele chega ao cerne da questão:

"Em todo caso, mesmo que um governo quisesse, não poderia agradar a todos, mesmo que conseguisse agradar a alguns. Teria que se defender contra os descontentes e, portanto, precisaria obter o apoio de uma parte do povo para fazê-lo. E então recomeça a velha história da classe privilegiada que surge pela cumplicidade do governo e, neste caso, se não se apoderasse da terra, certamente se apoderaria de cargos-chave, especialmente criados, e oprimiria e exploraria nada menos do que a classe capitalista.

Os governantes acostumados a dar ordens, não gostariam de ser mais uma vez membros do público e, se não pudessem se manter no poder, pelo menos garantiriam posições privilegiadas para quando precisassem entregar o poder a outros. Eles usariam todos os meios disponíveis para aqueles que estão no poder para que seus amigos fossem eleitos como sucessores que, por sua vez, os apoiariam e protegeriam. E assim o governo passaria de um lado para o outro nas mesmas mãos, e a democracia, que é o pretense governo de todos, acabaria, como sempre, numa oligarquia, que é o governo de poucos, o governo de uma classe.

E que oligarquia todo-poderosa, opressora e absorvente deve ser aquela que tem a seu serviço, isto é, à sua disposição, todas as riquezas sociais,

centenas de anos antes. Os descendentes das classes dominantes germânicas e gaulesas, cujos povos herdaram a Europa após a queda de Roma, não permaneceram em tribos, mas redigiram códigos de leis, construíram castelos e mantiveram a cobrança de impostos e o comércio organizado.. A institucionalização da hegemonia de um grupo de elite fortalece um líder, sua dinastia e, mais importante, seu status.

Tomado isoladamente, a maneira pela qual o Estado foi descrito aqui é simplista, mas fundamentalmente importante. O Estado em seus tempos antigos constitui uma espécie de núcleo do que o Estado sempre foi. Em termos simples, o Estado é três coisas: um *acumulador*, um *coletor de impostos* e uma *ferramenta*. Acumula recursos e pessoas, extrai riqueza deles para sustentar instituições e fronteiras, e o faz como uma ferramenta do governo de algum grupo de elite.

A história do antigo Estado é também uma história das origens da formação do Estado. É uma saga de grupos de elite garantindo o poder por meio de instituições políticas centralizadas e, em seguida, expandindo esse poder por meio da acumulação e do controle. O Estado então põe em movimento uma cadeia de reprodução da elite até que ela se rompa, levando consigo o próprio Estado.

um sistema de escravidão assalariada ameaça a pobreza e o sofrimento se as pessoas não trabalharem (ou não puderem) trabalhar.

O Estado na Sociedade Moderna

Pode-se argumentar que a natureza do Estado moderno, depois de alguns milhares de anos, é radical ou mesmo inimaginavelmente diferente do Estado antigo. Afinal, não é verdade que o Estado moderno é muito mais complexo, expansivo e liberto de suas origens despóticas? A escravidão sancionada pelo Estado, por exemplo, foi (pelo menos nominalmente) abolida; nos estados liberais modernos, bandos itinerantes de milicianos (principalmente) não pode confiscar sua casa e seu terreno. Em vez disso, temos sistemas complexos de contribuição eleitoral do povo e modos ostensivamente consensuais e eficazes de arrecadar impostos de todos os cidadãos, ricos ou pobres. No entanto, sob todo esse suposto progresso, as características centrais que identificamos no antigo Estado permanecem. Voltemos às quatro características do Estado antigo de Scott e pensemos em como elas se aplicam ao Estado moderno.

1. Os grãos podem não ser o foco da arrecadação de impostos, mas a acumulação e exploração de recursos (combustíveis, terras, alimentos) continua sendo central para o poder econômico do Estado.
2. Os castelos podem estar ultrapassados, mas os Estados constroem muros e cercas, criam agências de controle de fronteiras e recrutam policiais como forma de proteger o poder econômico e político do Estado.
3. A estrutura legislativa e administrativa do Estado é agora muito mais invasiva, expansiva e complexa. Os administradores do Estado regulam tudo, desde a cobrança de impostos até os tipos de alimentos que podemos comer.
4. O trabalho ainda é reproduzido à força pelo Estado, embora de forma mais indireta. Se não for por servidão direta ou escravidão,

Que cada um desses aspectos se tornou mais complexo não é debatido. No entanto, essas camadas de complexidade podem, até certo ponto, ser descritas como fachadas. Veja o nacionalismo, por exemplo. O nacionalismo é uma ideia simples: você tem uma nação de pessoas com uma identidade teoricamente comum, e essa identidade deve ser defendida por meio de um movimento político. Os Estados se engajam no nacionalismo criando um senso claramente definido de cidadania com uma história e cultura homogeneizadas, mesmo que essa história e cultura tenham como premissa o mito nacional. Em ambos os casos, o Estado associa a si a identidade nacional como seu árbitro e protetor.

No entanto, esse sentimento de povo é ilusório em muitos aspectos, uma vez que, como no antigo Estado, a classe governante ainda está separada da classe que é governada. Uma conexão *cultural* percebida com seus políticos não é *material*, já que você não interage com a sociedade da mesma forma. O político está acima de você, usando a identidade nacional para lhe proporcionar o pensamento reconfortante de que seu Estado lhe pertence. Não dá, e nunca deu. Limpe essa miragem e você verá algo não muito diferente da relação entre as antigas elites governantes e seus súditos nos Estados antigos.

A ilusão do nacionalismo está diretamente ligada à da 'democracia' liberal. De fato, a democracia de Estado é tudo menos democrática, como argumentado por CrimethInc:

"Democracia representativa promete a oportunidade de governar uns aos outros em uma base rotativa: uma realeza distribuída e temporária tão difusa, dinâmica e ainda hierárquica como o mercado de ações. Na prática, como essa regra é delegada, ainda existem governantes que exercem um tremendo poder em relação a todos os outros."

Quando os políticos dizem coisas como 'a vontade do povo', ou falam em termos como 'nós' e 'nós', eles estão se associando, e ao Estado, com as pessoas que governam. Isso pode soar como nacionalismo, mas não é coincidência, já que o 'nós' da nação está sendo amarrado ao 'nós' do corpo democrático. Adicione alguns processos 'democráticos' como votação representativa (um direito pelo qual diferentes grupos de cidadãos tiveram que lutar), e você terá uma maneira conveniente de o Estado agir como se fosse um e o mesmo *com* seu povo em oposição a sendo